

ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

Instituição criada em 1857, no Rio de Janeiro, então capital do Império, como um desdobramento da Escola Central, localizada no largo de São Francisco, até então único estabelecimento de ensino superior do Exército e única escola do Império a formar engenheiros, tanto civis quanto militares. O objetivo do governo era proporcionar, na Praia Vermelha, um ensino prático que complementasse o ensino teórico ministrado na Escola Central. A instituição funcionou até 1904, quando da Revolta da Vacina.

A ESCOLA DA “MOCIDADE MILITAR”

A Escola Militar da Praia Vermelha foi temporariamente fechada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Em 1874, a Escola Central foi transferida para o Ministério do Império com o nome de Escola Politécnica, tornando-se uma escola de engenharia exclusivamente civil. Com isso, a Escola Militar da Praia Vermelha passou a monopolizar todos os estudos militares superiores, inclusive os de engenharia militar. Não era, no entanto, um passo obrigatório para o ingresso no oficialato nem para a ascensão na carreira militar.

Nos 15 anos finais do Império, a Escola Militar da Praia Vermelha – que também receberia o nome de Escola Militar do Brasil – tornou-se um espaço de formação e mobilização política, por conta principalmente da socialização dos novos alunos com colegas veteranos e jovens oficiais, mais do que por conta de um suposto proselitismo dos professores. O clima intelectual entre os alunos era marcado, de um lado, pelo predomínio de um conjunto eclético de ideias científicas – do positivismo ao evolucionismo –, evidente no apelido que os alunos davam à escola: “Tabernáculo da Ciência”. Também era muito valorizado o ideal meritocrático concretizado no título de “alferes aluno”, que era recebido pelos alunos aprovados plenamente ao final dos anos iniciais do curso e que representava, além do prêmio pela performance escolar, um aumento substancial nos vencimentos. Esses elementos, associados à origem social relativamente modesta de muitos de seus alunos, fizeram com que a Escola Militar da Praia Vermelha se tornasse local de desenvolvimento de uma contra-elite, em sua maioria ideologicamente republicana, que se opunha à política dos bacharéis em direito – apesar de seus alunos também receberem, ao final do curso, além da patente de oficial do Exército, o diploma de “bacharel em matemáticas e ciências físicas”.

A formação “científica”, percebida pelos alunos como exclusiva em relação à elite civil do Império, era também, todavia, motivo de diferenciação no interior do Exército em relação aos oficiais que não possuíam curso superior e faziam sua formação profissional servindo

nos corpos de tropa. Muitas vezes pouco orientados para a carreira militar, alunos e jovens oficiais egressos da Praia Vermelha participaram ativamente da campanha abolicionista e, principalmente, da conspiração republicana que terminaria por derrubar a monarquia.

Um exemplo ilustrativo da politização dos alunos foi dado em novembro 1888 por Euclides da Cunha, que, saindo de forma sem licença, durante uma visita do ministro da Guerra, atirou ao chão a carabina e o sabre-baioneta, depois de o haver procurado quebrar. Euclides teria ainda afirmado que fazia aquilo por ter direito ao título de alferes aluno e não ter sido promovido; segundo algumas versões, também o teria feito porque era republicano. Preso e posteriormente expulso da escola, Euclides seria, já na República, reintegrado à instituição. Alunos ou oficiais recém-formados pela Escola Militar da Praia Vermelha foram os elementos dinâmicos na radicalização do Clube Militar (fundado em 1887) e na atração de Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática da escola e vice-presidente do clube, para a liderança da conspiração republicana. Foi para Benjamin Constant que essa “mocidade militar”, na expressão da época, ofereceu, poucos dias antes da proclamação da República, um conjunto de “pactos de sangue” – nome pelo qual ficaram conhecidos abaixo-assinados que hipotecavam a seu líder solidariedade incondicional até a morte, no enfrentamento com o governo imperial. Associados a um pequeno grupo de oficiais superiores liderados pelo general Deodoro da Fonseca, eles foram bem-sucedidos no golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, que instaurou a República no Brasil.

Nos 15 anos seguintes, a Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se um bastião de defesa dos ideais republicanos no interior do Exército, apoiando as posições políticas de Benjamin Constant, nomeado primeiro ministro da Guerra da República e, após a morte deste, o governo de Floriano Peixoto. Com a morte de Floriano em 1895, uma parte do que fora a “mocidade militar” do final do Império ligou-se ao jacobinismo. A Escola Militar da Praia Vermelha revoltou-se em março de 1895, em maio de 1897 e, por fim, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina. Esta teve como líderes militares os ex-alunos “científicos” da escola Lauro Sodré e Barbosa Lima, que pregavam o retorno à República ideal com a qual os conspiradores de 1889 haviam sonhado. Com a derrota da Revolta da Vacina, os alunos, que em sua quase totalidade aderiram à tentativa de golpe de Estado contra o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), foram presos e expulsos do Exército, e a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada.

Celso Castro

Fontes: CASTRO, C. *Militares*; CASTRO, C.; GAGLIARDI, J. *Revolta*; LOBATO FILHO. *Última*; MOTA, J. *Formação*.